



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638698 - SC (2021/0001636-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WADSON CAMPOS BRANDAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WADSON CAMPOS BRANDAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5038429-10.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 28/9/2020, pela suposta prática de tráfico de drogas, crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

A impetrante sustenta que, “ao contrário do que consta do acórdão, o decreto que determinou a prisão preventiva foi insuficiente e genérico no que diz respeito ao *periculum libertatis*, pois não fez menção a nenhum elemento concreto que justificasse a necessidade da excepcional prisão cautelar, considerando o contexto atual de pandemia do Covid-19” (fl. 5).

Tece considerações acerca da pandemia decorrente da covid-19, situação que impõe a liberdade do paciente.

Por fim, afirma que a prisão preventiva só poderá ser decretada quando houver justificativa para afastar outras medidas cautelares diversas, nos termos no art. 282, § 6º, do CPP, o que não ocorreu nos autos.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de que seja deferido ao paciente o direito de responder em liberdade, revogando-se a sua prisão preventiva. Subsidiariamente, pede a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor do acórdão se extrai (fl. 184):

Ao contrário do que quer fazer crer a impetrante, vê-se que restou devidamente justificada, com elementos concretos, a necessidade da segregação, restando evidenciada que a custódia do paciente se faz indispensável para a garantia da ordem pública.

Percebe-se então que a decisão está ancorada nos requisitos do art. 312 do Código do Processo Penal, pois nelas foram consideradas as circunstâncias dos fatos, destacando-se os tipos de drogas apreendidas, o local conhecido pela constante comercialização de entorpecentes e o fato de o paciente ser integrante de facção criminosa, demonstrando a gravidade concreta na conduta do acusado e o risco de reiteração delituosa.

A propósito, foram apreendidos em poder do paciente 12 porções de cocaína e 17 porções de crack, reforçando, diante das circunstâncias dos fatos e do modus operandi, a necessidade da segregação para a garantia da ordem pública e, por consequência, a impedir a reiteração delituosa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente